



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060
Telefone: - www.ac.gov.br

1ª NOTIFICAÇÃO E 1ª RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 164/2026 - COMPRASGOV N.º 90164/2026

OBJETO: Aquisição de 01 (UM) veículo automotor tipo caminhonete 4x4, conforme etapa 2.2 do Plano de Trabalho do Convênio nº 916514 - Fortalecimento cultural e econômico das mulheres indígenas.

A Divisão de Pregão – DIPREG comunica aos interessados que o processo licitatório acima mencionado, com o Aviso de Licitação publicado no Diário Oficial do Estado, nº 14.259 e Jornal OPINIÃO, ambos do dia 05/05/2026, Diário Oficial da União, Seção 3, nº. 85 do dia 08/05/2026; Aviso de Suspensão publicado no Diário Oficial do Estado, nº 14.270 e Jornal OPINIÃO, ambos do dia 20/05/2026, Diário Oficial da União, Seção 3, nº. 94 do dia 21/05/2026 e ainda nos sítios: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e <https://licitacoes.tceac.br/portaldaslicitacoes>, com o fim de cumprir princípios intrínsecos como transparência e legalidade, **NOTIFICA** e **RETIFICA**, conforme abaixo:

0.1. **NOTIFICAÇÃO:**

0.1.1. **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO/IMPUGNAÇÃO**

O presente instrumento impugna o Item 2.1 do Termo de Referência, especificamente quanto à exigência de:

- Cilindrada mínima de 2.4 litros
- Potência mínima de 160 CV

Embora a potência exigida seja de 160 CV, a imposição simultânea de cilindrada mínima de 2.4 litros restringe indevidamente a competitividade do certame, pois exclui modelos mais modernos, eficientes e tecnologicamente superiores.

Diante do exposto, requer-se:

1. O conhecimento e provimento da presente impugnação;
2. A revisão do Item 2.1 do Termo de Referência para:

- Excluir a exigência de cilindrada mínima de 2.4 litros;

OU

- Alterar para: “Cilindrada mínima compatível com potência mínima de 160 CV”;

OU

- Manter apenas o critério funcional de potência mínima de 160 CV.

3. A republicação do edital com reabertura de prazo, caso haja alteração substancial.

0.1.1.1. **RESPOSTA DO ÓRGÃO DEMANDANTE (SEASDH)**

Em análise à impugnação apresentada pela empresa, que questiona a exigência de cilindrada mínima prevista no Termo de Referência, esta Administração esclarece que as especificações técnicas definidas decorreram de necessidade devidamente motivada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Conforme consta no ETP, a contratação visa atender às necessidades operacionais da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH e da Assessoria Executiva de Indigenismo e Comunidades Tradicionais – ASSEICT, especialmente em atividades desenvolvidas em áreas remotas e de difícil acesso do Estado do Acre.

O documento técnico registra expressamente que os veículos atualmente disponíveis “não possuem as características técnicas adequadas para transitar por terrenos acidentados, estradas não pavimentadas, regiões de mata e áreas alagadiças”, circunstância que compromete a eficiência da prestação dos serviços públicos.

O ETP também destaca que a solução pretendida consiste na aquisição de caminhonete 4x4 dotada de capacidade de tração, resistência e robustez suficientes para assegurar o deslocamento seguro das equipes técnicas em missões institucionais, atendimento emergencial, monitoramento de ações e apoio às comunidades indígenas e tradicionais.

Ademais, dentre os requisitos da contratação, o item 5.2.5 do ETP estabelece expressamente a necessidade de “Confiabilidade e Robustez: Modelo de veículo reconhecidamente resistente e de fácil manutenção”.

Nesse contexto, a definição de cilindrada mínima não se restringe à aferição isolada da potência nominal do veículo, mas decorre da necessidade administrativa de assegurar maior robustez mecânica, resistência operacional, durabilidade do conjunto motriz e desempenho contínuo em condições severas de utilização, características consideradas essenciais para atendimento do interesse público.

Embora a impugnante alegue que determinado modelo com motor 2.0 possua potência superior à mínima exigida, a Administração esclarece que potência e cilindrada constituem requisitos técnicos distintos e complementares, sendo legítima a definição de parâmetros mínimos compatíveis com a realidade operacional enfrentada pelo órgão demandante.

Dessa forma, as especificações constantes do Termo de Referência encontram respaldo técnico no Estudo Técnico Preliminar e jurídico nos arts. 18, 40 e 41 da Lei nº 14.133/2021, não configurando restrição indevida à competitividade, mas medida necessária e proporcional ao atendimento da necessidade pública devidamente demonstrada nos autos.

Respondido por:

Washington Menezes Camelo Júnior
Diretor de Planejamento - SEASDH
Portaria SEASDH Nº 100, de 31 de março de 2025

0.2. **RETIFICAÇÃO:**

0.2.1. **No preâmbulo do edital, a data e hora da abertura da licitação, passará a conter a seguinte redação:**

Data e hora da abertura da licitação: **17/06/2026 às 9h15min (Horário de Brasília).**

Greice Quele da Silva Braga
Pregoeira da Divisão de Pregão - DIPREG
Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC



Documento assinado eletronicamente por **GREICE QUELE DA SILVA BRAGA, Pregoeiro(a)**, em 27/05/2026, às 10:44, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0021027850** e o código CRC **96B53D96**.